

IMIGRANTES E ESTRUTURA SOCIAL

Fernando Luís Machado

Resumo Com base nos elementos estatísticos oficiais disponíveis, analisa-se a evolução, entre 1986 e 1996, das localizações espaciais, das características sociodemográficas e da composição socioprofissional das diferentes populações imigrantes fixadas em Portugal: europeus da UE, brasileiros e africanos dos PALOP, individualizando-se, entre os últimos, o caso dos guineenses. Essa análise, que invoca dados comparativos para outros países europeus, destaca as fortes assimetrias na distribuição regional dessas populações e os lugares contrastantes que elas ocupam na estrutura social.

Palavras-chave imigrantes; localizações estruturais.

Localização espacial dos imigrantes: país de imigração ou regiões de imigração?

Embora a designação “país de imigração” esteja amplamente consagrada na sociologia das migrações, a verdade é que, quando se analisa a distribuição espacial dos imigrantes numa dada sociedade de acolhimento, se dá conta normalmente de assimetrias entre áreas urbanas e rurais, entre grandes e pequenas cidades, entre a região da capital e o resto do território ou ainda entre litoral e interior. Se do lado da sociedade de partida falar de país de emigração pode já ser discutível, na medida em que os fluxos migratórios são, muitas vezes, originários não de um país como um todo, mas de algumas das suas regiões muito em particular, do lado da sociedade de chegada falar de país de imigração ainda o é mais.

A própria lógica de globalização das relações económicas e sociais favorece este tipo de geografia não-nacional das grandes migrações internacionais. Não são só os países que podem ocupar lugares mais centrais ou mais periféricos numa economia globalizada. Se virtualmente nenhuma região do mundo escapa aos efeitos da globalização, já o seu grau de protagonismo nesse processo é muito desigual. Dentro do mesmo país, pode haver regiões ou grandes cidades com vínculos directos a essa rede global e outras mais estritamente inseridas no âmbito nacional.

Assim, em muitos casos, o que à primeira vista podem parecer fluxos migratórios internacionais são, de facto, fluxos entre uma região (ou um país) de origem e uma específica região de chegada, particularmente atractiva, por exemplo, pela sua pujança económica. Parece mais correcto, assim, falar-se não tanto, e sempre, em países de imigração, mas em regiões de imigração e, consequentemente, de países com regiões de imigração e outras sem imigração. Do mesmo modo, só em

mais o Algarve à frente da Área Metropolitana do Porto. Enquanto no Algarve a proporção de africanos sobe de 5% para 7% do seu total nacional, na AMP essa proporção diminui, cifrando-se, em 1996, em apenas 3%.

Isolando as imigrações cabo-verdiana e guineense podem encontrar-se também algumas variações com significado. Assim, enquanto os cabo-verdianos apresentam, tanto em 1986 como em 1996, níveis de concentração em Lisboa e Vale do Tejo ainda mais altos do que a média dos imigrantes dos PALOP, os guineenses, nesses dez anos, reduzem a sua concentração em todo o País, incluindo LVT, para a aumentarem fortemente no Algarve. Os 18% do efectivo nacional de guineenses na região algarvia representam uma situação singular entre toda a imigração africana.

Acrescente-se, relativamente ainda à imigração africana, que a região de Lisboa e Vale do Tejo serve de plataforma a partir da qual se deslocam, por períodos de tempo mais ou menos longos, contingentes variáveis de trabalhadores em direcção ao Algarve, mas também para o Norte e o Centro. Esses trabalhadores movimentam-se de acordo com a localização das obras das empresas e subempreiteiros a que estão ligados e, findo o trabalho, regressam geralmente aos pontos de partida. No caso guineense estas migrações internas temporárias têm expressão considerável. De acordo com os dados do inquérito realizado a esta população,³ mais de um terço dos inquiridos com profissão já se deslocou para outras zonas do País para trabalhar, valor que é muito maior se calculado apenas sobre o subconjunto dos activos da construção civil.

Quanto aos imigrantes comunitários, verifica-se, na década em análise, uma redução no segmento fixado na região da capital, não deixando contudo de ser aí que se encontra cerca de metade deles. Eles passam também a ser proporcionalmente um pouco menos na Área Metropolitana do Porto, ao passo que no Algarve acontece exactamente o oposto: a parte de imigrantes comunitários aí residentes sobe de 21% para 26% do seu efectivo nacional.

Os imigrantes brasileiros, por seu lado, são os menos concentrados em Lisboa e Vale do Tejo. Eles são aí pouco menos de metade do efectivo total e estão comparativamente muito mais fixados na região do Porto do que qualquer outra categoria de estrangeiros. Em contrapartida, os brasileiros residentes no Algarve são em número reduzido. Mas o que melhor espelha a diferença brasileira, em termos de distribuição geográfica, é a sua presença no resto do País. Apesar da redução de cerca de dez pontos percentuais, mais de 30% dos brasileiros viviam, em 1996, fora das zonas de maior concentração estrangeira.

Se analisarmos, já não como se distribui o efectivo estrangeiro total por regiões, mas como é que, em cada uma delas, individualmente considerada, se compõe essa população, podemos ver, com efeito, que as categorias com maior peso relativo no total de estrangeiros são diferentes de uma região para outra (quadro 2).

Assim, em Lisboa e Vale do Tejo, os africanos dos PALOP permanecem a categoria mais numerosa, entre 1986 e 1996, muito acima de qualquer outra, sendo ainda de registar o fraco peso relativo dos brasileiros no total dos estrangeiros da região. No Algarve, apesar da descida de mais de dez pontos percentuais nesse

Quadro 2 Composição da população estrangeira por regiões, 1986-1996
(percentagens em coluna)

População estrangeira	Lisboa e Vale do Tejo		Área Metropolitana do Porto		Algarve		Resto do País	
	1986	1996	1986	1996	1986	1996	1986	1996
Total estrangeiros	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Europeus da UE	25,0	18,9	34,5	31,6	64,2	52,4	18,2	25,3
Africanos dos PALOP	57,5	57,6	22,7	19,2	23,2	26,8	11,7	16,8
Brasileiros	5,2	8,6	27,8	32,0	1,6	4,2	15,8	22,4
Outros	12,3	14,9	15,0	17,2	11,0	16,6	54,3	35,5

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Quadro 3 Percentagens de estrangeiros sobre o total da população residente por regiões, 1996

Regiões	Total de estrangeiros	Europeus da UE	Africanos dos PALOP	Outros
Conjunto do País	1,7	0,4	0,8	0,5
Distrito de Lisboa	4,6	0,9	2,5	1,2
Distrito de Setúbal	2,2	0,3	1,7	0,2
Distrito de Faro	6,2	3,3	1,7	1,2
Distrito do Porto	0,6	0,2	0,1	0,3
Distritos do interior	0,3	0,1	0,1	0,1

Fontes: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Recenseamento Geral da População de 1991.

período, mais de metade dos estrangeiros são europeus comunitários, enquanto os brasileiros têm uma expressão proporcional ainda mais reduzida do que na região de Lisboa.

A Área Metropolitana do Porto configura uma terceira situação. Aí, os brasileiros aparecem, em 1996, como o grupo estrangeiro mais numeroso, quase a par dos europeus. Os africanos são o sector menos numeroso, tendo mesmo reduzido a sua proporção entre as duas datas. Curiosamente a categoria "outros" é a que tem maior expressão no resto do País. Isso deve-se, fundamentalmente, ao tipo mais disperso de distribuição de alguns grupos, como os norte-americanos, com presença forte em Aveiro e nos Açores, ou os venezuelanos, também em número considerável em Aveiro e na Madeira.

Mas voltando à assimetria da distribuição quantitativa da população estrangeira por regiões, ela fica bem patente quando a comparamos com os pesos

demográficos dessas mesmas regiões no conjunto do País (quadro 1, última linha). No Algarve e em Lisboa e Vale do Tejo, a presença estrangeira é proporcionalmente superior à da população residente em quatro e duas vezes, respectivamente, ao passo que na Área Metropolitana do Porto essa presença é 2,5 vezes inferior, e no resto do país cerca de 3 vezes inferior.

Outra forma de medir essa assimetria é calcular o peso percentual de população estrangeira sobre o total da população residente em cada região (quadro 3).

Para uma percentagem nacional de 1,7%, não contabilizando ainda os cerca de 35 mil imigrantes recenseados no último processo de regularização extraordinária, ocorrido em 1996, encontram-se variações regionais que se afastam muito, para cima e para baixo, desse valor médio. Assim, o distrito de Faro aparece com a maior taxa de estrangeiros do País (6,2%), seguido do distrito de Lisboa (4,2%) e do distrito de Setúbal (2,2%). Nos restantes distritos litorais o máximo registado é no Porto (0,6%), enquanto os distritos do interior apresentam uma taxa média de apenas 0,3%.

Como se percebia já no quadro 1, a densidade de população estrangeira por região varia em função da origem dessa população. Enquanto para os europeus comunitários a densidade máxima é atingida no Algarve, é no distrito de Lisboa que os africanos representam a maior fatia da população residente, seguindo-se Faro e Setúbal.

No respeitante ao distrito de Lisboa, é preciso dizer que os 2,5% de população oriunda dos PALOP é uma taxa global que “esconde” concentrações muito mais elevadas em alguns concelhos. A inexistência de dados actualizados e desagregados a nível concelhio⁴ não permite fazer uma quantificação rigorosa dessas concentrações locais. No entanto, considerando apenas os imigrantes dos PALOP residentes em bairros degradados e em núcleos de habitação social, já é possível ter-se uma ideia aproximada. Nos concelhos da Amadora e Oeiras, por exemplo, esse subconjunto representa, respectivamente, 8,7% e 7,3% do total dos residentes. Na margem sul do Tejo, encontra-se o valor mais elevado de toda a Área Metropolitana de Lisboa e, por maioria de razão, do País: no concelho da Moita os africanos dos PALOP residindo nesse tipo de contextos habitacionais são 9,2% da população residente total.⁵

Acrescente-se, ainda quanto à presença estrangeira na Área Metropolitana de Lisboa, que, para além da maior concentração em concelhos como os citados, há também diferenças sensíveis no que respeita à proveniência dos estrangeiros fixados em cada concelho. Não sendo possível falar, com base no conhecimento disponível, em lógicas de segregação espacial, regista-se maior presença de europeus e norte-americanos nos concelhos de Lisboa e Cascais, dos africanos nos concelhos periféricos da margem norte e dos asiáticos em Lisboa, Loures, Almada e Seixal (Malheiros, 1996: 98).

Embora seja no Algarve que se conta a mais elevada taxa regional de população estrangeira, não se atingem aí, a nível concelhio, valores tão elevados como na região lisboeta. Como referi, essa população é sobretudo de origem europeia, e o seu padrão residencial é de tipo completamente diferente do africano. Não só não estão presentes em zonas de alojamento precário ou de habitação social, como,

em parte por isso mesmo, estão geograficamente mais dispersos. Diga-se, de resto, que se, na região de Lisboa e Vale do Tejo, se descesse ao nível da freguesia, encontrar-se-iam algumas zonas com níveis de concentração ainda mais elevados.

Em termos comparativos internacionais, é importante assinalar que as taxas de concentração de população estrangeira na região de Lisboa e Vale do Tejo não encontram paralelo na maioria dos países da União Europeia.

Nem em França nem no Reino Unido, as partes de população estrangeira residentes nas regiões das respectivas capitais são tão desproporcionadas como na área de Lisboa. Na Île-de-France, onde se situa Paris, viviam, em 1990, 39% dos estrangeiros fixados em território francês. Na Grande Londres, em 1991, residiam 60% dos afro-caribenhos e dos africanos, 50% dos indianos e apenas 18% dos paquistaneses.⁶ Em qualquer dos casos, são valores que ficam abaixo dos 55% de estrangeiros residentes, em 1996, só no distrito de Lisboa e dos 64% no conjunto dos distritos de Lisboa e Setúbal.

A diferença fundamental é que tanto em França como no Reino Unido há, para além das áreas metropolitanas das cidades capitais, outras grandes cidades com proporções elevadas de imigrantes (Lyon, Marselha, Birmingham, Manchester), o que não acontece em Portugal. Na segunda cidade portuguesa, como vimos, a presença estrangeira é bastante reduzida. Este facto não deve, no entanto, ser confundido com outro indicador de concentração, porventura mais importante: os números absolutos de estrangeiros em França e no Reino Unido são tão mais altos que, apesar de distribuídos por várias zonas urbanas, atingem proporções sobre o total de população residente que, em Portugal, nem mesmo na região de Lisboa se verificam. Em Londres e Birmingham mais de 20% da população pertence a minorias étnicas, enquanto em várias comunas da região de Île-de-France é também dessa ordem de grandeza a proporção de estrangeiros sobre o total de residentes.

Mas não é só na comparação com os países de imigração clássicos que a localização geográfica dos imigrantes em Portugal surge mais assimétrica. Se compararmos Portugal com os outros países da Europa do Sul, vemos que também assim é.

Relativamente a Espanha, os níveis de concentração de Madrid e Barcelona ficam distantes dos de Lisboa. No seu conjunto, as províncias das duas principais cidades espanholas englobam apenas cerca de um terço dos estrangeiros fixados em território espanhol. Embora representem as maiores concentrações do país, os valores de Madrid e Barcelona não são mais altos porque na distribuição de estrangeiros há um efeito de dispersão por toda a faixa costeira mediterrânica (Alicante, Málaga, Valência) e Baleares. As Baleares são, de resto, o ponto de Espanha onde a percentagem de estrangeiros sobre o total da população residente é mais elevada (Actis, 1993; Pérez, 1996). Em Itália, a repartição de estrangeiros pelas várias regiões é também menos assimétrica que em Portugal. Apesar da concentração na Itália Central, particularmente em Roma, a presença de imigrantes é notória também no Norte e no Sul (Barsotti e Lecchini, 1989).

Vistos os números e alguns elementos de comparação, que factores se podem identificar em Portugal que ditem o actual padrão de distribuição regional dos imigrantes? E que implicações decorrem dessa distribuição?

Numa primeira aproximação ao problema, pode dizer-se que o padrão espacial de distribuição dos imigrantes decorre, genericamente, da diferenciação regional do desenvolvimento português. A presença de imigrantes é directamente proporcional ao nível de desenvolvimento das várias zonas do País: quanto mais desenvolvidas mais imigrantes, quanto menos desenvolvidas menos imigrantes. Por isso, a quase totalidade dos estrangeiros encontra-se na faixa litoral, enquanto no interior o seu número é reduzidíssimo. Poder-se-ia sobrepor aqui, com vantagens de demonstração, dois mapas, um com um índice de desenvolvimento socioeconómico global e outro com percentagens de imigrantes. Os dois coincidiriam em larga escala, tanto no que respeita à imigração “laboral” como à “profissional” e ainda à imigração de reformados europeus e norte-americanos, embora aqui por razões diferentes.

Diga-se, a propósito, que seria também elucidativo, com base na mesma metodologia, sobrepor os mapas da imigração e da emigração. Ao contrário do anterior, neste caso as coincidências seriam mínimas. As zonas mais deprimidas do País, fundamentalmente zonas interiores, se hoje continuam a reter com dificuldade os segmentos mais jovens da população, ainda mais dificilmente atraem a imigração. Nessas zonas, as limitações da estrutura de oportunidades a nível local não deixam qualquer espaço para uma eventual lógica de substituição de emigrantes por imigrantes. Esta descoincidência geral entre os dois fenómenos ajuda também, de resto, a situar e a relativizar sociologicamente o discurso comum, inclusivamente no campo político, segundo o qual Portugal, por ser país de emigração, estaria particularmente habilitado para integrar os imigrantes. As zonas onde existe uma “cultura de emigração” enraizada, se assim se pode chamar, não são, como se vê, aquelas que mais fixam os imigrantes.

Mas, se observarmos melhor, o padrão espacial da imigração não reproduz apenas a assimetria conhecida entre litoral e interior. Se assim fosse, todos os distritos da costa ocidental, o do Porto incluído, deveriam ter mais imigrantes do que realmente têm. O contraste litoral/interior combina-se com outro, opondo a região de Lisboa e Vale do Tejo ao resto do País. Este último é também um contraste de níveis de desenvolvimento económico, mas só em parte. As variáveis demográficas também jogam aqui um papel importante.

Considerando apenas a imigração de natureza económica, e a africana em especial, o que vemos é que ela acompanha na sua distribuição geográfica as actividades do sector da construção civil e obras públicas. A região de Lisboa, neste particular, tem-se justamente caracterizado pela existência continuada, de há 10 ou 15 anos para cá e com perspectivas de continuidade no futuro próximo, de um número considerável de grandes empreendimentos de construção de infra-estruturas e equipamentos, empreendimentos onde a presença de mão-de-obra africana se generalizou rapidamente.

Mas as actividades desse sector económico têm tido escala nacional, observando-se a mesma constância de grandes projectos por todo o País, de acordo com a malha das densidades populacionais. Porquê então Lisboa atrair tanta imigração e a região do Porto tão pouca e em tão clara desproporção com a sua dimensão e importância económica?

Parte da resposta parece estar na existência ou não, nas respectivas áreas de influência, de bolsas de mão-de-obra mobilizáveis. Nos distritos de Lisboa e Setúbal, a mão-de-obra de reserva tem estado historicamente no Alentejo, embora de forma não exclusiva. Hoje a região alentejana está em acentuado declínio demográfico, com as mais altas taxas de idosos e as mais baixas taxas de jovens de todo o País (Almeida, Costa e Machado, 1994), o que resulta numa pirâmide de idades literalmente invertida e na impossibilidade de continuar a garantir a função de fornecimento de mão-de-obra à zona da capital, como acontecia há 30 ou 20 anos atrás. Essa impossibilidade é tanto maior quanto é elevado o suplemento de trabalhadores exigido pelos grandes empreendimentos de construção pública.

Pelo contrário, nos distritos litorais de toda a região Norte e Centro as estruturas etárias, apesar do envelhecimento global da população, têm ainda uma marca de juventude. Os efectivos dos 0-14 anos e dos 15-24 anos no Norte Litoral, na Área Metropolitana do Porto e no Centro Litoral são mais elevados, em qualquer dos escalões e em todas as comparações, do que em Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. O somatório desses dois escalões de idades atinge um máximo de 42% no Norte Litoral e um mínimo de 31% no Alentejo (Machado e Costa, 1998). A resposta às necessidades excepcionais de mão-de-obra colocadas pelos grandes programas de obras públicas pode, nessas regiões, ser dada localmente. Além disso, em algumas áreas do Norte e Centro, a combinação desta especificidade demográfica com certos processos de exclusão social — ditando taxas comparativamente mais elevadas de abandono escolar e de entrada precoce no mercado de trabalho —, não deixam igualmente de contribuir para a auto-suficiência da oferta de trabalho.

Por seu lado, os distritos do Interior Norte e Centro, bem como o Alentejo, onde as actividades de construção e obras públicas têm sido em escala muito menor e onde o emprego noutros sectores produtivos escasseia, não têm condições para fixar trabalhadores imigrantes. Pelo contrário, poderão funcionar hoje novamente como zonas de repulsão, como a já referida retoma recente da emigração parece indiciar. Quanto ao Algarve, a situação é semelhante à da região de Lisboa e Vale do Tejo. A mesma carência de reservas de mão-de-obra faz-se sentir, tanto no que respeita às actividades ligadas ao turismo e hotelaria, como na construção civil e obras públicas. Não foi por acaso que um dos projectos mais emblemáticos dos últimos anos no Algarve — a construção da ponte internacional sobre o Guadiana — contou já na altura com a participação de um número considerável de imigrantes africanos.

O que se disse para o sector da construção, no Litoral Norte e Centro, pode dizer-se para a indústria transformadora. Sendo o tecido industrial português formado, na sua larga maioria, por pequenas e médias empresas, e concentrando-se essas unidades no Litoral Norte e Centro, pode compreender-se porque é que em Portugal, ao contrário do que acontece nos países europeus mais desenvolvidos, a presença de imigrantes no sector industrial é tão reduzida. Acresce que a própria lógica de formação e funcionamento de muitas dessas PME, lógica estreitamente imbricada com certo tipo de estruturas familiares e sistemas de disposições a elas associados (Guerreiro, 1993), não é de molde a acolher imigrantes.

A presença imigrante é, de resto, também reduzida nas empresas industriais de grande dimensão concentradas na região de Lisboa e Vale do Tejo, embora por razões diferentes das anteriores. Para além de, nesta região, a oferta de trabalho na construção ser comparativamente mais abundante e imediata (muitos imigrantes começam a trabalhar aí dois ou três dias após chegarem a Portugal), a indústria é menos permeável às estratégias informais e ao estatuto de precarização laboral que regulam o recrutamento da generalidade dos imigrantes africanos. Não é de excluir, por outro lado, que hipotéticas tentativas de entrada de imigrantes no sector industrial mais formal e organizado deparem com estratégias de fechamento, no sentido parkiniano do termo (Parkin, 1979), por parte do operariado autóctone.

Relativamente ao sector feminino da imigração laboral, pode dizer-se que os factores da sua localização espacial não diferem muito dos que regulam a distribuição dos imigrantes que trabalham na construção civil. A situação mais comum entre as mulheres imigrantes é o trabalho em serviços de limpeza, serviços pessoais e domésticos e ainda restaurantes, cafés e hotéis. Pelas mesmas razões demográficas apontadas para o caso da construção, as necessidades de recrutamento de trabalho imigrante nestas actividades são maiores na região de Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve do que no Norte e Centro. No Algarve, o emprego imigrante feminino está particularmente ligado às necessidades do sector da hotelaria.

A ausência de imigrantes na agricultura é, por seu lado, outro factor que contribui para o desenho específico do mapa da imigração portuguesa. Essa ausência compreende-se bem à luz das características do sector em Portugal, desde logo o facto de empregar uma taxa de população activa muito acima da média da União Europeia e a prevalência de uma lógica económica tradicional, fragmentada e defensiva, bem exemplificada pelo numeroso campesinato parcial no Litoral Norte e Centro (Almeida, 1986). Diga-se, de resto, que neste aspecto Portugal tem uma situação bem diferente da dos outros países da Europa do Sul, onde a agricultura de mercado assente na utilização sazonal de grandes contingentes de mão-de-obra depende já hoje, em parte, de trabalhadores imigrantes.

A imigração em Portugal é ainda um fenómeno recente, pouco sedimentado, não sendo fácil antever como vai evoluir a médio prazo. De qualquer forma, o exemplo dos países europeus com uma história de imigração mais antiga mostra que, independentemente das entradas de novos emigrantes prosseguirem ou pararem, aqueles que estão já fixados tendem a permanecer duradouramente e por mais de uma geração. Admitindo que em Portugal o trajecto da imigração será semelhante, e a manter-se o actual padrão de distribuição geográfica, pode perguntar-se que impactes advirão daí, a prazo, para a estruturação da sociedade portuguesa como um todo.

Para além do impacte económico, com a dependência crescente do sector da construção civil e, eventualmente, de outros sectores face à mão-de-obra imigrante, podem apontar-se ainda, de forma genérica, impactes de natureza demográfica e cultural.

Em termos demográficos, deve sublinhar-se que, se a imigração, embora contribuindo globalmente para contrariar o envelhecimento da população, não o

faz nas zonas onde esse envelhecimento é justamente mais acentuado, nem é previsível que o venha a fazer, o contraste Norte/Sul poderá ser reduzido, mas o contraste principal, entre litoral e interior, tenderá pelo contrário a agravar-se.

Em termos culturais, o impacte pode ser equacionado pelo prisma do multiculturalismo. Hoje a ideia e o ideal de sociedades multiculturais estão muito difundidos, havendo quem inclua Portugal no rol das sociedades desse tipo. No entanto, do mesmo modo que não se pode considerar Portugal um país de imigração, mas sim um país com regiões de imigração, não se poderá considerar a sociedade portuguesa como multicultural (Machado, 1997b). A manter-se o actual padrão espacial da imigração, a tendência será para um contraste cada vez maior entre a Área Metropolitana de Lisboa (e em escala menor o Algarve), onde a heterogeneidade étnica e racial aumenta progressivamente, e o resto do País, que permanece, desse ponto de vista, culturalmente mais homogéneo.

Localização estrutural dos imigrantes

Elementos de composição sociodemográfica

Como vimos, as diferenças entre as várias populações imigrantes, no que respeita à distribuição espacial, são notórias. Num texto anterior, vimos também como essas diferenças se expressam ao nível dos tipos de migração e respectiva cronologia (Machado, 1997a). Mas é quando se analisam comparativamente as características sociodemográficas e socioprofissionais dos imigrantes desses vários segmentos que as diferenças ficam mais em evidência, seja na composição etária e sexual, nas percentagens de activos e reformados ou nos perfis profissionais prevalentes.

Tendo em vista essa comparação, tomam-se aqui as três principais categorias de imigrantes: europeus da União Europeia, brasileiros e africanos. Destes últimos, isolam-se os guineenses para uma comparação adicional não só com as duas outras categorias mas também com o conjunto dos imigrantes dos PALOP. Para uma referência comparativa mais geral, alinham-se ainda os valores que os indicadores seleccionados registam no conjunto da população portuguesa. Nos indicadores em que se considerou mais importante fazê-lo, e também em função das disponibilidades estatísticas, colocam-se, lado a lado, os valores desses mesmos indicadores no princípio e no fim da década seleccionada para análise.

Observando a composição sexual e etária da população estrangeira, o que ressalta, em primeiro lugar, é o padrão demográfico às avessas, característico da primeira fase do ciclo migratório (Dassetto, 1990). Ou seja, em comparação com a população receptora, os imigrantes apresentam taxas de feminilidade baixas ou muito baixas e estruturas etárias muito mais jovens, devidas à elevadíssima proporção de pessoas em idade activa e ao reduzido número de idosos (quadro 4).

A análise desses indicadores por categorias de população estrangeira revela, no entanto, diferenças consideráveis.⁷ Os imigrantes europeus são os que apresentam a composição sexual e etária menos desequilibrada e mais próxima da popu-

Quadro 4 Composição sociodemográfica dos imigrantes europeus, africanos, brasileiros e da população portuguesa, 1986 e 1996

Composição sociodemográfica	Europeus (UE)		Africanos dos PALOP		Guineenses		Brasileiros		Pop. portuguesa
	1986	1996	1986	1996	1986	1996	1986	1996	1991(**)
Relação de feminilidade	92,6	84,8	64,5	61,3	42,3	35,1	76,6	84,4	107,4
População com menos de 45 anos(*)	55,5	59,2	87,5	89,1	91,5	94,2	90,9	92,1	63,9
Dimensão média da família(**)	2,5		3,7		2,9		2,6		3,1

Notas: (*) não há dados para 1996, pelo que foram usados os mais recentes disponíveis (1992);
 (**) dados do Recenseamento Geral da População de 1991.

Fontes: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Recenseamento Geral da População de 1991.

lação portuguesa. O número de mulheres por cada 100 homens, apesar de diminuir entre 1986 e 1996, mantém-se o mais elevado entre todas as categorias de imigrantes, ao passo que a proporção de pessoas com menos de 45 anos, ainda que aumentando nesse período, fica mesmo assim abaixo da que se observa na população nacional. Este facto deve-se ao grande número de reformados existente entre os europeus, traço que os distingue nitidamente de todos os outros estrangeiros e que contribui, igualmente, para uma dimensão média das famílias mais baixa do que a da população portuguesa e de todos os outros grupos estrangeiros.

O perfil demográfico dos africanos é marcadamente diferente do anterior. A relação de feminilidade era, em 1986, de 65 mulheres por cada 100 homens e desceu ainda nos dez anos seguintes, enquanto a proporção de indivíduos abaixo dos 45 anos de idade subiu, no mesmo período, para perto de 90%. São também estes imigrantes os que apresentam valores mais altos no que respeita à dimensão média das famílias. Entre os imigrantes dos PALOP, os guineenses constituem o paradigma da imigração laboral em princípio de ciclo: predominantemente masculina e jovem. É nesta categoria que se encontram, já em 1986 e ainda mais em 1996, as menores proporções de mulheres e as maiores de pessoas com menos de 45 anos.

O caso dos brasileiros é diferente de qualquer dos outros. Se do ponto de vista da composição etária é idêntico ao dos africanos, apresentando mesmo uma proporção de jovens acima da média daqueles e quase tão alta como a dos guineenses, no que toca à composição sexual está mais perto dos europeus, com uma percentagem de mulheres praticamente igual. Este traço, indiciando não só imigração de natureza familiar mas também uma componente de mulheres imigrando sozinhas, parece confirmar que a imigração brasileira configura, como atrás se disse, um terceiro tipo entre a imigração “profissional” e de reformados oriunda da União Europeia e a imigração “económica” proveniente das ex-colónias africanas.

O retrato demográfico dos imigrantes em Portugal está obviamente incompleto. Para além destes dados, os únicos disponíveis, seria importante conhecer outros indicadores, como as taxas de natalidade, o número médio de filhos por mulher ou os tipos de família predominantes. Por outro lado, alguns elementos estatísticos estão desactualizados. Com o crescimento da imigração nos anos 90, é provável que tanto a composição etária como a composição sexual dos imigrantes, em geral, tenham sofrido alterações ainda não captadas pelas fontes oficiais. No caso guineense, em particular, o valor da dimensão média das famílias, indicador que só está disponível para 1991, será provavelmente mais baixo, dada a quantidade de homens que imigraram sós, deixando cônjuges e filhos no país de origem.

De qualquer modo, e considerando apenas a imigração laboral, já que é aí que a tendência para uma fixação duradoura é reconhecidamente mais forte, só o prolongamento do tempo de residência e, especialmente, o reagrupamento familiar trarão alterações demográficas de fundo. Os valores baixos das taxas de feminilidade mostram que entre os imigrantes africanos o reagrupamento das famílias está largamente por fazer. Isso é particularmente evidente para os guineenses, mas também é verdade para os restantes, incluindo cabo-verdianos.

O ritmo a que ele poderá ser feito depende, naturalmente, das estratégias dos próprios imigrantes e respectivas famílias, mas sobretudo das orientações que a esse respeito sejam adoptadas pelas autoridades políticas. Até ao momento o reagrupamento familiar tem sido contrariado, mas é provável que essa atitude mude nos anos próximos. Os exemplos dos países "clássicos" da imigração europeia mostram que, mais tarde ou mais cedo, num arco temporal que pode oscilar entre os 5 e os 15 anos e que marca uma segunda fase do ciclo migratório (Dassetto, 1990: 25), esse reagrupamento ocorre, recompondo demograficamente as populações imigrantes.

Em países como a França e o Reino Unido, já de há 10 ou 15 anos para cá, a demografia das populações imigrantes caracteriza-se pelo equilíbrio dos dois sexos, apenas com ligeiro ascendente masculino, e por estruturas etárias com um forte traço de juventude; não pelo peso desproporcionado de activos jovens, como na primeira fase do ciclo migratório, mas pelo número elevado de crianças e jovens em idade escolar, cujas proporções entre os imigrantes são consideravelmente maiores do que nas populações autóctones (Lapeyronnie, 1993: 221-228).

Tal facto decorre, basicamente, das taxas de fecundidade comparativamente mais altas das mulheres imigrantes. É de salientar, contudo, que o prolongamento do tempo de residência traz consigo uma progressiva "aculturação" demográfica: essas taxas vão caindo e aproximando-se das registadas para as mulheres da sociedade receptora. Em França, o número médio de filhos por mulher era, em 1982, 1,8 para as francesas e 3,2 para as estrangeiras e, em 1990, baixara respectivamente para 1,7 e 2,7 (Bernard, 1993: 57), verificando-se tendências semelhantes no Reino Unido (Lapeyronnie, 1993: 223).

Outro indicador importante para a análise sociodemográfica da população imigrante em Portugal é o relativo à sua condição perante o trabalho, permitindo distinguir, por um lado, os activos e, por outro, diferentes categorias de imigrantes não activos.

Começando pelos primeiros, o que se pode ver é que, em 1995,⁹ as taxas de actividade de todas as quatro categorias de imigrantes patentes no quadro 5 eram claramente superiores à da população portuguesa. A taxa média de actividade do conjunto dos estrangeiros era superior em quase 10 pontos percentuais à dos portugueses, verificando-se oscilações sensíveis em torno desse valor médio. Os brasileiros apresentavam a taxa de actividade mais baixa, enquanto os guineenses tinham a mais alta (65,0), mais de 20 pontos acima da portuguesa. Significativa é também a semelhança, neste ponto, entre os europeus e o conjunto dos africanos dos PALOP, com taxas de actividade praticamente iguais.

Trata-se de taxas bastante mais altas do que as dos países de imigração sedentarizada. Em França ou no Reino Unido, embora com variações consideráveis em função da antiguidade da imigração, da nacionalidade e do género, as proporções de imigrantes activos são actualmente idênticas ou até mais baixas do que as das populações nacionais (Bernard, 1993: 94-95; Skellington e Morris, 1992: 147-148), reflectindo a já mencionada paridade de composição sexual e as estruturas de idade com grande peso de crianças e jovens em idade escolar. Na medida em que venha a ocorrer o reagrupamento familiar generalizado, igual tendência irá certamente manifestar-se em Portugal.

Entre 1986 e 1995, houve alterações importantes nas taxas de actividade das várias categorias de imigrantes. Regra geral, essas taxas aumentaram, o que não surpreende face à intensificação das entradas nesse período. As proporções de activos eram, em 1986, de 49% para os europeus, 54% para o conjunto dos africanos e 45% para os guineenses. O aumento de 20 pontos da taxa de actividade guineense é sintomático da recomposição sofrida por essa população em 10 anos.

O único caso em que essa proporção diminuiu é o dos brasileiros, que tinham em 1986 uma taxa de actividade elevadíssima (76%). Ainda que para 1986 não seja possível desagregar os não activos, os dados de 1995 permitem perceber que a diminuição da taxa de actividade foi a contrapartida do crescimento do número de estudantes e domésticas, confirmando uma parcela de imigração familiar maior do que a dos africanos, traço que a composição sexual muito mais equilibrada já sugeria.

No que toca ainda à imigração guineense, em particular, a conjugação da mais alta taxa de actividade com a mais baixa proporção de domésticas e reformados confirma plenamente o perfil de imigração económica em princípio de ciclo, já anunciado pelos elementos de composição etária e sexual. As diferenças entre os guineenses e o conjunto dos africanos são as de uma população na primeira fase do ciclo migratório face a outra em que, sobretudo pela presença mais antiga e pela maior dimensão absoluta dos imigrantes cabo-verdianos, existe já um segmento mais fixado, com maior número de famílias reagrupadas e, logo, com menos activos e mais domésticas.

Entre os não activos, por seu lado, salienta-se a proporção de estudantes em todas as populações imigrantes. Juntam-se nessa categoria dois sectores distintos. Um é o das crianças descendentes de imigrantes nascidas em Portugal ou que para cá vieram em idade escolar. Outro é o dos estudantes bolseiros a frequentarem a universidade. Estes últimos representam contingentes estatisticamente não des-

Quadro 5 Condição perante o trabalho dos imigrantes europeus, africanos, brasileiros e da população portuguesa (1995)

Condição perante o trabalho	Total estrangeiros	Europeus (UE)	Africanos dos PALOP	Guineenses	Brasileiros	Pop. portuguesa
População activa	53,5	55,6	56,2	65,0	50,9	44,6
Domésticas	20,6	22,6	20,6	9,5	16,7	9,0
Reformados	3,3	8,8	0,3	0,3	1,3	16,9
Estudantes	20,8	10,6	22,4	24,5	27,9	24,9
Outros	1,8	2,5	0,5	0,7	3,2	4,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Domésticas no conjunto das mulheres	46,0	46,5	51,5	31,8	34,4	17,4

Fontes: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Recenseamento Geral da População de 1991.

prezáveis em qualquer das cinco populações oriundas dos PALOP. O muito menor peso relativo dos estudantes entre os europeus decorrerá não só de aí se incluírem muitos reformados sem descendentes em Portugal, mas de nessa categoria serem poucos os estudantes universitários em circunstâncias idênticas às dos bolsiros africanos. Diga-se, em todo o caso, que a parte de estudantes no conjunto dos imigrantes africanos estará provavelmente sobreavaliada. Se o registo administrativo dos estudantes, pelo seu próprio estatuto oficial, coincidirá totalmente com a realidade, o mesmo não se passa, como vimos, com os imigrantes laborais, em maior número que o registado pelo SEF, em 1995.

Da comparação dos imigrantes com a população portuguesa salienta-se a maior percentagem de domésticas entre os primeiros, seja nos europeus, nos brasileiros ou no conjunto dos africanos. A excepção são os guineenses, com a mais baixa proporção de domésticas, praticamente igual à da população portuguesa, reiterando, uma vez mais, o que antes assinalara quanto à especificidade guineense no contexto da imigração africana. O sentido da diferença mantém-se quando calculamos a proporção de domésticas não sobre o conjunto de cada população, mas apenas com base na respectiva componente feminina.

Se exceptuarmos o caso das europeias, em que a condição de doméstica é permitida pelo estatuto profissional e económico muito elevado dos respectivos cônjuges, poder-se-ia esperar, à partida, e dada justamente a condição imigrante, menor número relativo de mulheres sem ocupação profissional.¹⁰ Há, no entanto, um duplo efeito de idade e classificação que explica que as domésticas sejam percentualmente mais nas populações imigrantes. A estrutura etária jovem destas últimas, nomeadamente no que concerne aos brasileiros e africanos, significa que quase não existem mulheres reformadas. As mulheres imigrantes adultas repartem-se apenas em duas categorias: activas ou domésticas. Pelo contrário, na população portuguesa, onde o número de reformados é muito elevado, muitas

mulheres domésticas estão subsumidas nessa categoria. Se juntarmos a componente feminina dos reformados às mulheres domésticas, o efectivo resultante já atinge proporções semelhantes ao que assume, entre os imigrantes, o das mulheres sem actividade profissional.

Diga-se, de qualquer forma, que a proporção de domésticas entre os imigrantes africanos está provavelmente sobreestimada. A julgar pelo exemplo guineense, muitas mulheres formalmente registadas como domésticas desenvolvem actividades económicas informais (costura, venda de comidas e bebidas), muitas vezes no próprio espaço de habitação, contribuindo complementarmente para o rendimento das famílias. Por outro lado, não é de excluir que parte das domésticas sejam mulheres desempregadas ou à procura de primeiro emprego e não contabilizadas como tal, uma vez que a categoria “desempregados” não consta, infelizmente, das estatísticas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Um tema que merece particular atenção, no que à condição dos imigrantes perante o trabalho diz respeito, é justamente o do desemprego. Convém distinguir aqui dois planos de análise: um é o da evolução da imigração em conjunturas em que o desemprego se mantém elevado ou mesmo em crescimento, como tem acontecido em vários países da União Europeia; outro é o das taxas de desemprego comparativas entre imigrantes e nacionais.

Durante os anos 80 e na década actual, aconteceu na União Europeia o que aparentemente constitui um paradoxo: a imigração cresceu ao mesmo tempo que, em vários países, o desemprego crescia também ou pelo menos se mantinha em valores não negligenciáveis. A entrada da Europa do Sul nos circuitos da imigração europeia dá-se exactamente numa fase em que Espanha e Itália apresentam das mais altas taxas de desemprego da União. Mesmo em Portugal, apesar de muito mais baixo, o desemprego estava longe de ser desprezável quando a imigração se intensificou. Mas esse não é um fenómeno exclusivo do Sul. Em alguns países do Centro, como a Alemanha ou a França, a concomitância entre desemprego e imigração também ocorreu. Fora do quadro europeu, o exemplo dos EUA aponta no mesmo sentido.

Como explicar esta simultaneidade de processos aparentemente contraditórios?

Boa parte da explicação pode encontrar-se no funcionamento do mercado de trabalho na generalidade dos países desenvolvidos. A segmentação dos mercados de trabalho é um dos factores a explicar a coexistência, em conjunturas de crise, de taxas de desemprego elevadas com percentagens crescentes de imigrantes na população activa (Verhaeren, 1988). A contradição é só aparente, na medida em que estrangeiros e nacionais jogam, em grande parte, em tabuleiros diferentes, os primeiros nos segmentos formais e garantidos, habitualmente designados por mercados de trabalho primários, os segundos predominantemente nos segmentos precários e informais, ditos mercados de trabalho secundário. É até possível que, em caso de retoma económica em alguns sectores, a imigração seja fortemente solicitada apesar do desemprego. Como nota o autor citado “a presença e reprodução da imigração clandestina na maioria dos países desenvolvidos parece mostrar que, apesar da crise, um estrato particular de empregos pode envolver novos estrangeiros” (Verhaeren, 1988: 216).

Em França, muitos empregos não qualificados não encontram titulares nem entre os franceses nem entre os estrangeiros fixados há mais longa data. Isso acontece na construção civil, mas também nos serviços aos particulares, na manutenção e exploração de florestas e em alguns grandes empreendimentos, em curso ou já concluídos, como o TGV, o Eurotúnel ou os Jogos Olímpicos. A mão-de-obra estrangeira continua a desempenhar um papel específico e “não é portanto, em geral, substituível pela mão-de-obra francesa. Ainda que modificada pela crise, a dependência do aparelho produtivo francês face aos trabalhadores estrangeiros mantém-se. A entrada de trabalhadores estrangeiros não resulta somente da pressão dos países pobres, mas também de uma procura que não desapareceu e poderá mesmo tornar-se mais premente nos decénios próximos” (Bernard, 1993: 100-101).

Essa dependência tem também a ver com factores demográficos. A previsão da chegada ao mercado de trabalho de classes de idade pouco numerosas, após o ano 2000, e o consequente envelhecimento da população activa, faz pensar, com efeito, que ela continuará no futuro próximo. Um estudo do *Institut National de la Statistique et des Études Économiques* fala da imigração de 100 mil pessoas/ano como uma das possibilidades de resposta ao problema, a par de outras hipóteses, como o adiamento da idade da reforma, o crescimento mais rápido das taxas de actividade feminina ou o aumento da produtividade (Bernard, 1993: 101).

Exemplo sintomático da relação entre desemprego e imigração é o italiano. É surpreendente que a Campânia, região com a mais alta taxa de desemprego de toda a Itália, possa acolher, ainda que sazonalmente, 45 mil trabalhadores imigrantes. As razões para esse facto têm a ver com a mesma lógica de segmentação dos mercados de trabalho. Os jovens locais, cada vez mais escolarizados, não entram em concorrência directa com os imigrantes e, por outro lado, a taxa de actividade feminina é muito baixa. Ainda que a mão-de-obra nacional, mais rígida, cara e exigente no mercado legal, esteja igualmente presente no mercado paralelo, “também aí ela deixa de lado os postos de trabalho ingratos e sazonais que exigem força física e grande mobilidade”, neste caso na agricultura (Vallat, 1993: 53-54).

Em Portugal, apesar de algumas oscilações nos valores do primeiro, a relação entre evolução do desemprego e entrada de imigrantes tem contornos semelhantes. A segunda metade dos anos 80, altura em que a imigração se intensifica, é um período de queda continuada da taxa de desemprego, que passa de 10%, em 1986, para 5,5% em 1990. No princípio dos anos 90 o desemprego estabiliza (5,1 em 1993), mas começa a crescer depois disso, fixando-se em 7,1%, no final de 1996. Se nos segundos anos 80 imigração coincidiu com aumento do emprego, nos anos 90 ela mantém-se, enquanto o desemprego pára de descer e começa depois a subir. Diga-se, de resto, que não é a primeira vez que tal ocorre. Já no início dos anos 80, com desemprego muito mais alto do que hoje, a presença de imigrantes, embora muito menor, não era de forma nenhuma desprezável.

A relação entre segmentação do mercado de trabalho e trabalho imigrante parece, portanto, funcionar aqui como nas outras sociedades europeias. Os sectores de actividade podem ser outros, mas a lógica é idêntica. Não acontece na agricultura, como no Sul de Itália, mas acontece na construção civil e no sector dos serviços pessoais e domésticos. Se observarmos a composição do desemprego em

Portugal, onde avulta um sector feminino maioritário, vemos, com efeito, que ele não engloba, na sua maior parte, pessoas que estejam em concorrência directa com o trabalho imigrante, sobretudo masculino e ligado à construção civil.

Fica, no entanto, por perceber (e essa é uma questão à qual, à luz dos elementos actualmente disponíveis, não é possível dar resposta clara) como é que desemprego e imigração jogam com uma terceira variável, que é a já referida retoma recente da emigração. Se a coexistência das duas primeiras variáveis parece confirmar as teorias da segmentação do mercado de trabalho, nomeadamente a ideia de complementaridade entre trabalhadores nacionais e imigrantes, alguns autores consideram que a sincronia entre imigração e emigração contradiz essas mesmas teorias. Os imigrantes seriam não complementares, mas substitutos dos novos emigrantes (Baganha e Peixoto, 1996: 238). Não é, contudo, de excluir que as duas interpretações estejam correctas: os imigrantes poderiam ser substitutos dos que partem e complementares dos que ficam.

Apesar de desemprego e imigração não serem, como se vê, incompatíveis, quando comparamos as taxas de desemprego de nacionais e estrangeiros nos países de imigração sedentarizada, conclui-se que as primeiras são mais baixas. É o que ocorre em França ou no Reino Unido. No caso francês, entre 1975 e 1990, o desemprego dos nacionais cresceu 2,7 vezes, enquanto o da população estrangeira se multiplicou por quatro, cifrando-se em quase 20% no fim desse período (Bernard, 1993: 100). No caso inglês, o desemprego, tanto masculino como feminino, é também maior entre as minorias étnicas que na população branca, sendo especialmente elevado entre os mais jovens (Skellington e Morris, 1992: 72).

Mais uma vez, no entanto, a contradição é só aparente. Enquanto os imigrantes recém-chegados aceitam, sem impor condições, os lugares precários disponíveis nos segmentos secundários do mercado de trabalho, para a população imigrante já fixada, e sobretudo para os seus descendentes, com qualificações e expectativas mais altas, esses lugares estão fora do horizonte profissional, o que não impede que, na concorrência com a população autóctone pelos lugares no mercado de trabalho primário, acabem por ficar mais expostas ao desemprego.

Em Portugal, como referi, os elementos estatísticos disponíveis não permitem avaliar rigorosamente o desemprego da população estrangeira. De qualquer modo, o que parece acontecer, numa fase de imigração ainda recente e em que os imigrantes laborais ocupam quase exclusivamente as faixas mais precárias do mercado de trabalho, é que o nível de desemprego destes é, em regra, mais baixo do que o dos nacionais. O que se conhece da estrutura do desemprego indica, com efeito, que ele não afecta tanto os sectores de actividade onde se concentram os imigrantes — construção civil e serviços pessoais e domésticos —, mas pessoas com profissões ligadas a outros sectores económicos.

Deve notar-se, em todo o caso, que o mesmo poderá já não acontecer no respeitante aos descendentes de imigrantes. Em Portugal, a chamada “segunda geração” não tem ainda a expressão quantitativa dos países de imigração mais antiga e sedentarizada e encontra-se, além disso, maioritariamente a frequentar o sistema de ensino. No entanto, as perspectivas sociais desses jovens luso-africanos não são globalmente positivas (Machado, 1994). Não é por isso improvável que,

na relação com o mercado de trabalho, venham a confrontar-se com problemas de desemprego homólogos aos que afectam, já há vários anos, os descendentes de imigrantes no Reino Unido ou em França.

Elementos de composição socioprofissional

Se no plano sociodemográfico há diferenças sensíveis entre as várias componentes da população imigrante, no plano socioprofissional as diferenças são ainda mais marcadas. A análise da composição de classe dos imigrantes seria a metodologia mais adequada para dar conta desses contrastes. As estatísticas disponíveis não permitem, porém, realizá-la. A operacionalização do conceito de classe com base no cruzamento de duas variáveis principais — profissão e situação na profissão (Almeida, Costa e Machado, 1988) — não é possível, já que os dados relativos a essas variáveis só existem separadamente e, por outro lado, o tipo de categorização profissional utilizado não apresenta o grau de desagregação necessário para o efeito. Acrescente-se que as limitações das fontes estatísticas impedem, igualmente, a análise por sexos e idades, que daria uma leitura mais fina dos contrastes de condição social entre as diversas categorias de imigrantes.¹¹

De qualquer modo, a observação separada das categorias profissionais da população activa estrangeira (quadro 6) e da sua situação na profissão (quadro 7) permite uma aproximação razoável a essa realidade.

A linha de demarcação principal é a que coloca, de um lado, europeus e brasileiros e, de outro, o conjunto dos nacionais dos PALOP. No primeiro caso sobressaem as profissões científicas e técnicas e os directores e quadros dirigentes, enquanto no segundo a maioria esmagadora dos activos é composta por operários. Se tivermos em conta que os dados dos quadros 6 e 7 não incluem ainda os imigrantes contabilizados na última regularização extraordinária, terminada em finais de 1996, concluímos que, apesar de já muito elevado, o peso relativo dos operários africanos, sobretudo cabo-verdianos, guineenses e angolanos, peca ainda por defeito. Como se sabe, a taxa de clandestinidade tende a ser inversamente proporcional ao estatuto profissional.

Comparando aqueles dois conjuntos com a população portuguesa, podemos ver também que o peso das profissões científicas e técnicas é, para europeus e brasileiros, três vezes superior ao peso dessa categoria entre os portugueses, ao passo que a proporção de operários entre os imigrantes africanos é duas vezes maior do que a percentagem homóloga na população activa nacional.

Ainda que os dados disponíveis não distingam ramos de actividade, é seguro afirmar que os operários africanos estão, em proporção elevadíssima, ligados à construção civil. No caso dos guineenses, por exemplo, o inquérito realizado mostra que mais de 80% dos operários trabalham nessa actividade. A distribuição por ramos de actividade, além de não estar publicada em nenhuma fonte estatística, tem sido pouco explorada nos estudos sobre a inserção profissional dos imigrantes em Portugal. Contudo, seria importante conhecê-la para avaliar o grau de penetração dos trabalhadores imigrantes noutros sectores industriais. Embora seja uma informação já desactualizada, porque baseada no Recenseamento Geral

Quadro 6 Composição profissional dos imigrantes europeus, africanos, brasileiros e da população portuguesa (1986-1995)

Origem	Directores e quadros dirigentes		Profissões técnicas e científicas		Trab. adm. do comércio e serviços		Trabalhadores agrícolas		Operários		Total
	1986	1995	1986	1995	1986	1995	1986	1995	1986	1995	
Total estrangeiros	5,2	5,7	24,1	23,4	18,3	20,0	2,6	1,3	49,8	49,6	100,0
Europeus UE(*)	15,0	15,1	34,7	40,0	28,7	23,1	1,7	1,8	19,9	20,0	100,0
Nacionais PALOP	0,4	0,2	3,6	4,5	10,5	15,4	0,7	0,7	84,8	79,2	100,0
Cabo-verdianos	0,1	0,1	0,7	1,6	6,2	12,1	0,4	0,6	92,6	85,6	100,0
Guineenses	0,4	0,2	16,6	6,0	11,4	11,4	4,4	1,2	67,2	81,2	100,0
Brasileiros	1,5	4,3	72,5	45,8	11,8	26,3	1,1	0,8	13,1	22,8	100,0
Pop. portuguesa(**)	4,3		13,1		33,0		10,5		39,1		100,0

Nota: (*) os dados de 1986 não permitem isolar os europeus provenientes dos países da União Europeia, pelo que o valor apresentado para esse ano diz respeito ao total de europeus;

(**) dados de Recenseamento Geral da População de 1991.

Fontes: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Recenseamento Geral da População de 1991.

Quadro 7 Situação na profissão dos imigrantes europeus, africanos, brasileiros e da população portuguesa (1995)

Origem	Patrões	Trab. conta própria	Trab. conta de outrem	Outros	Total
Total de estrangeiros	18,8	0,7	80,3	0,2	100,0
Europeus UE	38,5	1,6	59,6	0,3	100,0
Nacionais dos PALOP	3,0	0,1	96,8	0,1	100,0
Cabo-verdianos	1,0	0,1	98,8	0,1	100,0
Guineenses	4,0	0,1	95,7	0,2	100,0
Brasileiros	25,0	1,1	73,7	0,2	100,0
População portuguesa	6,4	15,5	76,9	1,2	100,0

Fontes: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Recenseamento Geral da População de 1991.

da População de 1981, sabe-se que os cabo-verdianos, para além da inserção largamente maioritária na construção civil, estão presentes com alguma expressão estatística também no ramo da construção e reparação naval (Amaro, 1985).

Semelhantes pelo que os afasta dos africanos, europeus e brasileiros apresentam diferenças sensíveis entre si. A imigração brasileira engloba proporções ligeiramente maiores de operários e de trabalhadores administrativos, do comércio e dos serviços, mas também de profissionais científicos e técnicos. Mas a diferença

principal entre os dois grupos é o peso percentual muito maior dos directores e quadros dirigentes entre os europeus. Enquanto a percentagem de brasileiros nessa categoria é igual à dos cidadãos nacionais, os europeus são aí, em termos relativos, três vezes mais numerosos do que os portugueses. Essa diferença prolonga-se na proporção de patrões: ela é elevada nos brasileiros (25%), mas é bastante maior entre europeus (39%).

Se, como já foi sublinhado, a imigração brasileira não se pode dissociar do investimento em Portugal de capitais oriundos daquele país (Malheiros, 1996: 87), é no caso europeu que o nexo entre imigração e estabelecimento de empresas e capitais estrangeiros é mais evidente. As diferenças entre os três grandes grupos de imigrantes em Portugal podem, aliás, visualizar-se melhor se imaginarmos um eixo em que um extremo representa a importação de capitais e o outro a importação de mão-de-obra. Nesse eixo, os europeus concentram-se em torno do pólo relativo à entrada de capitais, os africanos, com uma diminuta proporção de patrões, no pólo oposto, e os brasileiros, numa posição intermédia.

Para maior definição desta imagem seria útil conhecer, também, a composição interna dos subconjuntos estatisticamente não negligenciáveis de operários brasileiros e europeus. Indicações isoladas dão conta da presença de brasileiros na construção civil ou na indústria metalúrgica, indiciando que a imigração brasileira inclui também uma componente de mão-de-obra desqualificada. Essa situação é improvável no caso europeu. Os imigrantes europeus com ocupações operárias serão, provavelmente, trabalhadores qualificados ligados às grandes empresas europeias que têm montado unidades industriais em Portugal. Este é, entre muitos outros, um ponto que só a análise mais aprofundada da composição de classe dos imigrantes poderia aclarar.

Apesar da sua muito maior concentração numa só categoria profissional, há, entre os imigrantes das ex-colónias africanas, algumas diferenças que merecem igualmente registo. Uma delas diz respeito justamente às variações em torno da proporção média de operários. Cabo-verdianos e guineenses, com números acima desse valor médio, aparecem nitidamente com os mais proletarizados. Tal não impede que os guineenses apresentem, ao mesmo tempo, uma percentagem de profissionais científicos e técnicos acima da média dos imigrantes dos PALOP e quatro vezes superior à dos cabo-verdianos. Nesse ponto, os guineenses estão mais próximos dos angolanos, a população africana em que essa categoria profissional regista o seu valor máximo.

A observação do arco temporal 1986-1995 permite dar conta de diferenças adicionais relevantes. Comparando directamente guineenses e cabo-verdianos, encontram-se trajectos de sentido diferente. Os cabo-verdianos seguem, e marcam, a evolução média do conjunto dos imigrantes dos PALOP, ao passo que a imigração guineense evolui em direcção contrária.

No caso dos nacionais da Guiné-Bissau há um manifesto trajecto de proletarização: a percentagem de profissionais científicos e técnicos desce de 16,6 para 6,0, enquanto a proporção de operários, já muito elevada em 1986, sobe ainda 14 pontos percentuais, para se fixar em 81%. Já nos cabo-verdianos o perfil predominantemente operário atenua-se um pouco. Os trabalhadores da construção civil e outras

indústrias reduzem-se em 7 pontos percentuais (continuando, mesmo assim, a mais alta proporção entre todos os africanos), os profissionais científicos e técnicos aumentam ligeiramente, e a parte de trabalhadores administrativos, do comércio e dos serviços praticamente duplica, duplicação que reflecte uma fatia crescente de trabalho imigrante feminino, mais visível no caso cabo-verdiano do que em qualquer outro. Ao contrário do que aconteceu com a imigração guineense, na imigração cabo-verdiana a proporção de mulheres por cada 100 homens aumentou durante esse período.

A análise comparada da composição profissional dos imigrantes em 1986 e 1995 dá também algumas indicações complementares úteis no que se refere às imigrações europeia e brasileira. A imigração europeia destaca-se pela estabilidade da composição profissional. Os profissionais científicos e técnicos aumentam cinco pontos, os trabalhadores administrativos, do comércio e dos serviços descem outro tanto, e as restantes categorias mantêm as suas proporções.

Já no caso brasileiro as coisas passam-se de outra maneira. A grande redução dos profissionais científicos e técnicos e o aumento da proporção de operários e trabalhadores executantes do terciário dão agora indicação segura da dupla face dessa imigração. A existência de uma componente estritamente laboral fica em evidência e percebe-se, também, que ela se reforça nesses dez anos. No entanto, a componente profissional e empresarial permanece forte. Apesar da redução, os profissionais altamente qualificados continuam a ser perto de metade dos activos, além de que há um aumento sensível na percentagem de directores e quadros dirigentes.

Na ausência de dados suficientes, mas também de espaço, para uma comparação sistemática destes perfis profissionais com os da imigração na União Europeia, vale a pena, de qualquer modo, dar algumas indicações gerais nesse sentido. Em síntese, pode afirmar-se que a composição profissional da imigração em Portugal é bastante diferente quer da dos países mais ricos do Norte e Centro quer da dos outros países da Europa do Sul, que, como Portugal, são países de imigração recente.

Relativamente aos primeiros a composição profissional das populações estrangeiras resulta, por um lado, de uma imigração muito mais antiga, com as consequentes e já analisadas diferenças sociodemográficas, diferenças que se reflectem, evidentemente, na composição profissional dos imigrantes e seus descendentes; por outro lado, do facto de serem economias mais avançadas, que fizeram uma industrialização plena e depois se terciarizaram largamente, e onde, em consequência, a distribuição global da população activa por sectores de actividade é bastante diferente da portuguesa. Em países como a Alemanha, a Áustria ou a Holanda, os maiores efectivos de trabalhadores estrangeiros estão ou na indústria transformadora ou nos serviços, surgindo o sector da construção civil apenas em terceiro lugar, com proporções muito mais baixas (Lebon, 1986).

Em França e no Reino Unido, os serviços são claramente o sector que mais emprega estrangeiros, o que se deve, em boa medida, a uma presença feminina alargada no mercado de trabalho. Embora no caso francês a soma do efectivo estrangeiro na indústria transformadora (muito mais alto do que em Portugal) e na construção civil supere ainda o número dos que trabalham nos serviços, a

tendência é nitidamente de terciarização da mão-de-obra imigrante. Entre 1971 e 1991, a proporção de operários na população imigrante caiu de 93% para menos de 60%, assistindo-se também ao aumento do número de quadros e outros profissionais qualificados (Bernard, 1993: 97).

No caso inglês, a presença de membros de minorias nos serviços é idêntica, em termos relativos, à da população autóctone (Lapeyronnie, 1993: 229), o mesmo é dizer que a composição profissional dos imigrantes e seus descendentes está largamente terciarizada. Aliás, o ritmo de terciarização do emprego nas minorias é mesmo maior do que na população maioritária. Entre 1986 e 1993, a percentagem de homens brancos em profissões não-manuais passou de 46% para 51%, enquanto a proporção homóloga nas minorias passou de 45% para 57% (*Multi-Ethnic Britain*, 1994: 26).

Isto não significa, como já vimos, que os imigrantes não estejam nesses países mais expostos ao desemprego e inseridos, em muito maior número, no mercado de trabalho secundário. Este último ponto, em particular, aproxima até a situação portuguesa das outras economias europeias, no que à inserção dos imigrantes diz respeito. Mas o que é bastante diferente é que, enquanto em Portugal esse tipo de inserção envolve a maioria esmagadora dos imigrantes laborais, naqueles países tal ocorre apenas com parte deles. Os mais antigos, regra geral, estão integrados nos sectores formais da economia, e muitos dos seus descendentes, quando não eles próprios, percorreram trajectos de mobilidade ascendente.

No que toca aos outros países da Europa do Sul, apesar de terem em comum com Portugal a informalidade e subterraneidade do emprego imigrante, a distribuição deste por sectores de actividade é também muito diferente da portuguesa. No final dos anos 80, em Itália, apenas 3% dos imigrantes legalizados trabalhavam na construção civil. A maioria estava nos serviços domésticos (50%), havendo ainda percentagens consideráveis na agricultura (9%) e na indústria (12%) (Barsotti e Lecchini, 1989). Em Espanha prevalecem igualmente as actividades terciárias, as quais empregavam, em 1994, mais de 70% dos activos estrangeiros em situação regular. A agricultura, onde trabalhavam mais de 10% dos estrangeiros, superava tanto a indústria como a construção civil (Pérez, 1996: 31).

Os elementos de composição profissional apresentados são elucidativos quanto à grande diversidade de condições sociais das populações imigrantes em Portugal. A diversidade existe desde logo no interior de cada uma dessas populações. Tanto no caso europeu, com um perfil social mais "alto", como no brasileiro ou mesmo no africano, a diferenciação interna é sensível. Para além da distribuição por categorias profissionais de recursos muito desiguais, há diferenças mais finas, em função da nacionalidade. Vimo-las para os imigrantes dos vários PALOP. Mas elas existem também entre europeus. Embora essa análise esteja praticamente por iniciar, estudos preliminares sobre a componente feminina da imigração europeia mostram, por exemplo, que as imigrantes espanholas se distinguem das francesas, alemãs ou inglesas por um estatuto social bastante mais baixo (Machado e Perista, 1997).

Mas as diferenças de condição social são mais evidentes quando comparamos as várias populações imigrantes umas com as outras. As mais marcantes são as que

afastam o conjunto dos imigrantes africanos de todos os restantes estrangeiros. A juntar a uma condição profissional marcada pelo trabalho manual desqualificado, está o facto destes imigrantes, ao contrário dos europeus e brasileiros, se inserirem maioritariamente no mercado de trabalho secundário.

Não admira, assim, que grande parte dos imigrantes africanos, a par de muitos membros de outras minorias, constituam uma das categorias sociais onde a pobreza e a vulnerabilidade à pobreza têm maior incidência em Portugal (Almeida *et al.*, 1992: 87-90). Um estudo realizado há alguns anos, na região de Lisboa, sobre uma amostra vasta de famílias de minorias residentes em zonas de habitação degradada, comprovou-o detalhadamente, em domínios como o alojamento, o emprego, os rendimentos ou a escolarização das crianças (Costa e Pimenta, 1991).

Em contraponto a esta realidade, seria interessante avaliar as dinâmicas de mobilidade social dos imigrantes e seus descendentes. Nos países de imigração sedentarizada, parte considerável das “segundas” e “terceiras” gerações conheceu e conhece percursos de mobilidade ascendente. Já em Portugal, o tempo de residência da grande maioria dos imigrantes não é ainda suficientemente longo para que nos apercebamos dos sentidos que estão a tomar as trajectórias sociais intra e, sobretudo, intergeracionais.

De qualquer modo, a avaliação desses processos depara com uma dificuldade prática, que é a inexistência de estatísticas permitindo medir a mobilidade social dos imigrantes, falta que de resto é extensível à totalidade da população residente: não há nenhuma fonte oficial com indicadores adequados à medição desses fluxos.

A utilização de dados de composição profissional em dois momentos distintos, como os patentes nos quadros 6 e 7, não permite fazê-lo, pelo menos directamente. Entre um momento e outro não seria possível distinguir as alterações devidas à mobilidade, propriamente dita, dos imigrantes já residentes das resultantes de novas entradas no mercado de trabalho, fossem elas de descendentes de imigrantes que tivessem atingido a idade activa ou de novos imigrantes. Trata-se de um vazio que, de momento, só a pesquisa sociológica directa poderá preencher, nomeadamente a pesquisa que privilegie, como disse, a análise da composição e recomposição de classe das populações de origem estrangeira.

Notas

- 1 Os dados estatísticos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras são publicados só por distritos. Assim, as agregações regionais utilizadas neste ponto são definidas tendo por base essa unidade territorial. A região de Lisboa e Vale do Tejo agrega os distritos de Lisboa, Setúbal e Santarém, a Área Metropolitana do Porto corresponde ao distrito do Porto e o Algarve ao distrito de Faro. Só esta última coincide exactamente com outras divisões regionais habitualmente utilizadas, nomeadamente as NUT II e III. São, no entanto, negligenciáveis os efeitos introduzidos pelas descoincidências existentes nos outros dois casos. Importa ter presente, por outro lado, que os dados do SEF não captam grande parte dos movimentos dentro do território nacional. Na maior parte dos casos, a localização

residencial oficial do imigrante corresponde ao momento em que pela primeira vez se registou como residente, localização essa que pode ou não ser a mesma alguns anos depois. A mobilidade regional é particularmente elevada entre os africanos que trabalham na construção civil, que frequentemente se deslocam, por períodos mais ou menos longos, para diferentes pontos do País. Significa isto que os efectivos de imigrantes em cada região não correspondem exactamente à realidade, embora se possam considerar uma boa aproximação.

- 2 Em 1986, os estrangeiros eram 86 982, tendo-se assistido, no espaço dessa década, ao reforço da proporção de africanos, que era, em 1996, quase metade do total. Sobre a origem e evolução da população estrangeira nesse período, ver Machado (1997a).
- 3 Esse inquérito, da minha responsabilidade, foi realizado em 1995, no âmbito do estudo “Guineenses em Portugal — etnicidade e integração”, financiado pela então Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Para outros resultados parcelares desse estudo, ver Machado (1996, 1998).
- 4 Como já referi, os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras só estão disponíveis a nível distrital. Por seu lado, os dados do último recenseamento geral da população, onde a desagregação concelhia existe, já estão demasiado desactualizados para serem úteis.
- 5 Cálculos efectuados com base nos números referidos em *Janus 97 — Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 1997.
- 6 Valores retirados de Bernard (1993: 59-60), para o caso francês e de *Multi-Ethnic Britain: Facts and Trends*, Londres, The Runnymede Trust, 1994, pp. 14-15.
- 7 Para o conjunto da população estrangeira os valores dos indicadores patentes no quadro 4 são os seguintes: relação de feminilidade (76,1 em 1986 e 70,1 em 1996); população com menos de 45 anos (75,6 em 1986 e 79,6 em 1992); dimensão média das famílias (3,0 em 1991).
- 8 O que aqui se designa, para efeitos de uma comparação mais expressiva, por “população portuguesa” é de facto o total da população residente no País. A equiparação dos dois universos introduz um ligeiro desvio na análise, uma vez que a população residente total é o somatório da população portuguesa e da população estrangeira. Portanto, os dois universos que aqui se equiparam não coincidem totalmente. De qualquer modo, o desvio introduzido é negligenciável, uma vez que o efectivo de estrangeiros em causa não chega a dois por cento do total dos residentes. Os dados apresentados nos quadros 4 a 6, para esta categoria, são os do Recenseamento Geral da População de 1991.
- 9 Ano mais recente para o qual esta informação está disponível.
- 10 Os dados disponíveis do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras não discriminam as taxas de actividade por sexo, impedindo uma distinção directa entre as mulheres que exercem profissão e as não activas, bem como a comparação das proporções de activos nos dois sexos. Como é sabido, as taxas de actividade masculinas são, regra geral, mais altas do que as femininas, incluindo nas populações imigrantes. Não é isso, contudo, que justifica haver mais domésticas nas populações imigrantes do que na população portuguesa, já que nesta última também se observa esse diferencial de actividade profissional por sexos.

- 11 Refiro-me às estatísticas publicadas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Os dados do Recenseamento Geral da População de 1991, não tendo as mesmas limitações em termos de variáveis disponíveis, têm o problema maior da desactualização.

Referências bibliográficas

- Actis, Walter (1993), "Foreign immigration in Spain. Its characteristics and differences in the european context", in Maria Beatriz Rocha-Trindade (org.), *Recent Migration Trends in Europe*, Lisboa, Universidade Aberta e Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, pp. 205-226.
- Almeida, João Ferreira de (1986), *Classes Sociais nos Campos. Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (1988), "Famílias, estudantes e universidade — painéis de observação sociográfica", *Sociologia — Problemas e Práticas*, 4, pp. 11-44.
- Almeida, João Ferreira de, Luís Capucha, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Isabel Nicolau e Elizabeth Reis (1992), *Exclusão Social. Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (1994), "Recomposição socioprofissional e novos protagonismos", in António Reis (coord.) *Portugal: 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 307-330.
- Amaro, Rogério Roque (1985), *Caracterização dos Caboverdianos Residentes em Portugal, a partir dos Dados do Recenseamento de 1981*, Lisboa, policopiado.
- Baganha, Maria Ioannis B., e João Peixoto (1996), "O estudo das migrações nacionais", in J. M. Carvalho Ferreira, Rafael Marques, João Peixoto e Rita Raposo (orgs.), *Entre a Economia e a Sociologia*, Oeiras, Celta Editora, pp. 233-239.
- Barsotti, Odo, e Laura Lecchini (1989), "L'immigration des pays du Tiers-Monde en Italie", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 5 (3).
- Bernard, Philippe (1993), *L'Immigration*, Paris, Le Monde-Editions.
- Costa, Alfredo Bruto da, e Manuel Pimenta (coord.) (1991), *Minorias Étnicas Pobres em Lisboa*, Lisboa, Departamento de Pesquisa Social do Centro de Reflexão Cristã.
- Dassetto, Felice (1990), "Pour une théorie des cycles migratoires", in Albert Bastenier e Felice Dassetto (orgs.), *Immigrations et Nouveaux Pluralismes. Une Confrontation de Sociétés*, Bruxelles, De Boeck-Wesmael, pp. 11-39.
- Guerreiro, Maria das Dores (1993), "Parâmetros sociais da actividade empresarial", in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, Vol. I, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 584-600.
- Janus 97- Anuário de Relações Exteriores* (1997), Lisboa, Público e Universidade Autónoma de Lisboa.
- Lapeyronnie, Didier (1993), *L'Individu et les Minorités. La France et la Grande-Bretagne Face à Leurs Immigrés*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Lebon, André (1986), "Les travailleurs étrangers en Europe (Combien sont-ils; qui sont-ils; où travaillent-ils?)", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 2 (3).

Quadro 1 Distribuição da população estrangeira por regiões, 1986-1996 (percentagens em linha)

População estrangeira	Lisboa e Vale do Tejo		Área Metropolitana do Porto		Algarve		Resto do País	
	1986	1996	1986	1996	1986	1996	1986	1996
Total estrangeiros	63,1	65,1	6,4	6,1	8,9	12,4	21,6	16,4
Europeus da UE	57,0	49,5	8,0	7,8	20,7	26,1	14,3	16,6
Africanos dos PALOP	85,7	83,8	3,5	2,6	4,9	7,4	5,9	6,2
Cabo-verdianos	87,8	87,2	2,6	2,0	5,6	6,8	4,0	4,0
Guineenses	82,5	71,7	4,5	2,6	1,3	17,5	11,7	8,2
Brasileiros	37,9	47,6	20,8	16,8	1,7	4,5	39,6	31,1
Total da população residente (1991)	32,7		16,5		3,5		47,3	

Fontes: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Recenseamento Geral da População de 1991.

certos casos se poderá falar verdadeiramente de sociedades multiculturais (Machado, 1997b), já que, na maioria das vezes, o que existe são cidades ou regiões multiculturais, envolvidas por regiões mais vastas onde o grau de heterogeneidade étnica e racial é muito reduzido.

Se exceptuarmos os países onde a própria construção do estado e da nação assentou, desde o princípio e ao longo de todo o processo de consolidação política, na chegada e fixação virtualmente definitiva de sucessivas vagas migratórias das mais variadas proveniências, como aconteceu com os EUA e, em menor escala, com o Canadá, a generalidade dos países receptores de imigrantes apresenta bastantes assimetrias no que respeita à distribuição geográfica desses imigrantes. Mesmo em países como o Reino Unido e a França, com histórias de imigração de muitas décadas, há regiões onde a presença de imigrantes é mínima.

Em Portugal, o carácter não-nacional da imigração é dos mais evidentes.

Como mostra o quadro 1,¹ 65% dos 170 962 estrangeiros residentes em Portugal, em 1996, concentravam-se na região de Lisboa e Vale do Tejo, um pouco mais do que dez anos antes.² A segunda região com mais estrangeiros é o Algarve, que engloba 12,4% do total e regista uma subida sensível entre 1986 e 1996. Segue-se a Área Metropolitana do Porto, que retém 6% dos estrangeiros, com um ligeiríssimo decréscimo nesses dez anos. Em todo o restante território nacional — 13 dos 18 distritos e as duas regiões autónomas — residem apenas 16,4% dos estrangeiros, percentagem que diminuiu cinco pontos no período em análise.

Sem alterar o seu sentido forte — a concentração em Lisboa e Vale do Tejo —, a distribuição regional apresenta variações consideráveis conforme as populações imigrantes.

A concentração da imigração africana na região da capital é muito maior do que a média, não sofrendo grande alteração nesse decénio: passa de 86% para 84%. Nas outras regiões a presença africana é relativamente baixa, aparecendo uma vez

- Machado, Fernando Luís (1994), "Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade", *Sociologia — Problemas e Práticas*, 16, pp. 111-134.
- Machado, Fernando Luís (1996), "Minorias e literacia: imigrantes guineenses em Portugal", in Ana Benavente (coord.), Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila, *A Literacia em Portugal. Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação, pp. 171-238.
- Machado, Fernando Luís (1997a), "Contornos e especificidades da imigração em Portugal", *Sociologia — Problemas e Práticas*, 24, pp. 9-44.
- Machado, Fernando Luís (1997b), "Des cultures-îles à la société-archipel. Critique de la conception multiculturaliste de la différenciation sociale et culturelle", *Revue Suisse de Sociologie*, 23 (2), pp. 303-327.
- Machado, Fernando Luís (1998), "Da Guiné-Bissau a Portugal: imigrantes e luso-guineenses", *Sociologia — Problemas e Práticas*, 26, pp. 9-56.
- Machado, Fernando Luís, e Heloísa Perista (1997), "Femmes immigrées au Portugal: identités et différences", *Migrations Société*, 9 (52), pp. 91-103.
- Machado, Fernando Luís, e António Firmino da Costa (1998), "Processos de uma modernidade inacabada: mudanças estruturais e mobilidade social", in José Manuel Viegas e António Firmino da Costa (org.), *Portugal. Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 17-44.
- Malheiros, Jorge Macaísta (1996), *Imigrantes na Região de Lisboa. Os Anos da Mudança*, Lisboa, Edições Colibri.
- Multi-Ethnic Britain: Facts and Trends* (1994), Londres, The Runnymede Trust.
- Parkin, Frank (1979), *Marxism and Class Theory: a Bourgeois Critique*, Londres, Tavistock Publications.
- Pérez, Vicente González (1996), "L'immigration étrangère en Espagne (1985-1994)", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 12 (1), pp. 11-38.
- Skellington, Richard, e Paulette Morris (1992), *"Race" in Britain Today*, Londres, Sage Publications.
- Vallat, Colette (1993), "Des immigrés en Campanie!", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 9 (1), pp. 47-57.
- Verhaeren, Raphaël-Emmanuel (1988), "L'hypothèse d'une relance des migrations", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 4 (1-2), pp. 203-230.